

SIMULADO PREPARATÓRIO PARA CONCURSOS PÚBLICOS

SEJUSP – 1º SIMULADO

POLÍCIA PENAL – AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIO

Duração: 5h

Leia atentamente as instruções abaixo:

01 Você recebeu do fiscal o seguinte material:

a) Este Caderno, com 60 (sessenta) questões da Prova Objetiva, sem repetição ou falha, conforme distribuição abaixo:

ÁREA DE CONHECIMENTO						
LÍNGUA PORTUGUESA	NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO SOCIAL	INFORMÁTICA BÁSICA	R. LÓGICO	N. DIREITO CONSTITUCIONAL	N. DIREITO PENAL	LEGISLAÇÃO ESPECIAL
1-10	11-20	21-25	26-30	31-35	36-40	41-60

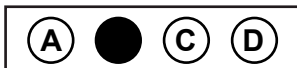
b) Um Cartão de Respostas destinado às respostas das questões objetivas.

02 Verifique se este material está em ordem e se o seu nome, número de inscrição e letra da prova conferem com os que aparecem no Cartão de Respostas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal.

03 Após a conferência, o candidato deverá assinar no espaço próprio do Cartão de Respostas, com caneta esferográfica de tinta na cor azul ou preta.

04 No Cartão de Respostas, a marcação da alternativa correta deve ser feita cobrindo a letra correspondente ao número da questão e preenchendo todo o espaço interno, com caneta esferográfica de tinta na cor azul ou preta, de forma contínua e densa.

Exemplo:



05 Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 4 (quatro) alternativas classificadas com as letras (A, B, C e D), mas só uma responde adequadamente à questão proposta. Você só deve assinalar uma alternativa. A marcação em mais de uma alternativa anula a questão, mesmo que uma das respostas esteja correta.

06 Somente depois de decorridos 60 (sessenta) minutos do início da prova, o candidato poderá entregar seu Cartão de Respostas, seu Caderno de Questões e retirar-se da sala de prova. O candidato que insistir em sair da sala de prova, descumprindo o aqui disposto, deverá assinar o Termo de Ocorrência declarando sua desistência do Concurso, que será lavrado pelo Coordenador do Local.

07 Ao candidato, será permitido levar seu CADERNO DE QUESTÕES faltando no máximo uma hora para o término da prova e desde que permaneça em sala até esse momento.

08 Não será permitida a cópia do gabarito no local de prova. Ao terminar a prova de Conhecimentos, o candidato entregará, obrigatoriamente, ao fiscal de sala, o seu CARTÃO DE RESPOSTAS e o seu CADERNO DE QUESTÕES, ressalvado o estabelecido no item 09.

09 Reserve os 30 (trinta) minutos finais para marcar seu Cartão de Respostas. Os rascunhos e as marcações assinaladas no Caderno de Questões não serão levados em consideração.

10 Os 3 (três) últimos candidatos permanecerão sentados até que todos concluem a prova ou que termine o seu tempo de duração, devendo assinar a ata de sala e retirar-se juntos.

Transcreva a frase abaixo para o quadro “Exame Grafotécnico” do seu Cartão de Respostas:

“A segurança é um direito social do cidadão!”

FOLHA DE ROSTO ORIENTATIVA PARA PROVA OBJETIVA

LEIA AS ORIENTAÇÕES COM CALMA E ATENÇÃO!

INSTRUÇÕES GERAIS

- Atenção ao tempo de duração da prova, que já inclui o preenchimento da folha de respostas.
- Cada uma das questões da prova objetiva está vinculada ao comando que imediatamente a antecede e contém orientação necessária para resposta. Para cada questão, existe apenas UMA resposta válida e de acordo com o gabarito.
- Faltando uma hora para o término do simulado, você receberá um *e-mail* para preencher o cartão-resposta, a fim de avaliar sua posição no *ranking*. Basta clicar no botão vermelho de **PREENCHER GABARITO**, que estará no *e-mail*, ou acessar a página de *download* da prova. Você deve fazer o cadastro em nossa plataforma para participar do *ranking*. Não se preocupe: o cadastro é grátis e muito simples de ser realizado.
 - **Se a sua prova for estilo Certo ou Errado (CESPE/CEBRASPE):**
marque o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. Se optar por não responder a uma determinada questão, marque o campo “EM BRANCO”. Lembrando que, neste estilo de banca, uma resposta errada anula uma resposta certa.
Obs.: Se não houver sinalização quanto à prova ser estilo Cespe/Cebraspe, apesar de ser no estilo CERTO e ERRADO, você não terá questões anuladas no cartão-resposta em caso de respostas erradas.
 - **Se a sua prova for estilo Múltipla Escolha:**
marque o campo designado com a letra da alternativa escolhida (A, B, C, D ou E). É preciso responder a todas as questões, pois o sistema não permite o envio do cartão com respostas em branco.
- Uma hora após o encerramento do prazo para preencher o cartão-resposta, você receberá um *e-mail* com o gabarito para conferir seus acertos e erros. Caso você seja aluno da Assinatura Ilimitada, você receberá, com o gabarito, a prova completa comentada – uma vantagem exclusiva para assinantes, com acesso apenas pelo *e-mail* e pelo ambiente do aluno.

Em caso de solicitação de recurso para alguma questão, envie para o *e-mail*:

treinodificil_jogofacil@grancursosonline.com.br.

Nossa ouvidoria terá até dois dias úteis para responder à solicitação.

Desejamos uma excelente prova!

CONHECIMENTOS BÁSICOS

LÍNGUA PORTUGUESA
Fernando Moura

Texto I

Leia o texto seguinte para responder às questões de 1 a 4.

A origem da polícia no Brasil

¹ Polícia é um vocábulo de origem grega (*politeia*) que passou para o latim (*politia*) com o mesmo sentido: governo de uma cidade, administração, forma de governo. No entanto, com o decorrer do tempo, as-
⁵ sumiu um sentido particular, passando a representar a ação do governo, que, no exercício de sua missão de tutela da ordem jurídica, busca assegurar a tran-
quilidade pública e a proteção da sociedade contra violações e malefícios.

¹⁰ No Brasil, a ideia de polícia surgiu nos anos 1500, quando o rei de Portugal resolveu adotar um sistema de capitanias hereditárias e outorgou uma carta régia a Martim Afonso de Souza para estabele-
cer a administração, promover a justiça e organizar
¹⁵ o serviço de ordem pública, como melhor entendes-
se, em todas as terras que ele conquistasse. Regis-
tros históricos mostram que, em 20 de novembro
de 1530, a polícia brasileira iniciou suas atividades,
promovendo justiça e organizando os serviços de
²⁰ ordem pública.

Internet: (com adaptações).

1. Com base nas ideias do texto, assinale a opção **incorreta**.

- A) O primeiro período do texto apresenta a função metalinguística da linguagem.
- B) Sem prejuízo da coerência textual, a palavra “tutela” (L.7) poderia ser substituída por “proteção”.
- C) Os referentes dos sujeitos das orações expressas pelas formas verbais “assumiu” (L.4-5) e “busca assegurar” (L.7) são distintos.
- D) Infere-se do texto que, na atualidade, o termo “polícia” tem significado análogo ao que apresentava em sua origem.

2. Em “No Brasil, a ideia de polícia surgiu nos anos 1500, quando o rei de Portugal resolveu adotar um sistema de capitanias hereditárias e outorgou uma carta régia a Martim Afonso de Souza para estabelecer a administração, promover a justiça e organizar o serviço de ordem pública, como melhor entendesse, em todas as terras que ele conquistasse” (l.10-16), o termo destacado é, sintaticamente,

- A) sujeito.
- B) agente da passiva.
- C) aposto.
- D) complemento verbal direto.

3. “**Polícia** é um vocábulo de origem grega (*politeia*)” (l.1). O vocábulo acentuado pela mesma razão do destacado nesse período é

- A) perceptível.
- B) régia.
- C) barítono.
- D) veículos.

4. Em “Registros históricos mostram que, em 20 de novembro de 1530, a polícia brasileira iniciou suas atividades” (l.16-18), as vírgulas:

- A) indicam deslocamento de oração adverbial causal.
- B) são opcionais.
- C) indicam deslocamento de oração adverbial temporal.
- D) indicam interrupção sintática de adjunto adverbial de tempo.

Texto II

Leia o texto a seguir para responder às questões de 5 a 8.

¹ A Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (Seap) informou que os três homens transferidos do Pará para unidades penitenciárias federais são de altíssima periculosidade, integrantes de organizações criminosas com funções de liderança. ⁵ A partir de agora eles ficarão custodiados em regime disciplinar diferenciado, em cela individual, restritos a visitas e saídas. A transferência aconteceu nesta terça-feira (17).

¹⁰ Ainda segundo a Seap, os presos ficarão sob disciplina durante 360 dias, com possível prorrogação desse período. A operação de retirada dos homens nesta terça-feira aconteceu sob a gestão da Diretoria de Administração Penitenciária (DAP) e ¹⁵ do Comando de Operações Penitenciárias (COPE), com apoio do Grupamento Aéreo de Segurança Pública (Graesp).

Coordenador da DAP, João Barbosa afirmou que a Seap toma medidas para manter a disciplina e a segurança no sistema penal estadual. ²⁰ “Desde o início desta nova gestão, o Pará se tornou o Estado com maior número de internos transferidos para presídios federais. A DAP está seguindo rigorosamente as medidas contra toda tentativa possível contra ordem e disciplina do nosso sistema penal”. ²⁵

As transferências para presídios federais são realizados de forma rigorosa, para manutenção da ordem e garantia da segurança pública intra e extramuros. O tenente-coronel da PM Armando Bittencourt, gerente de asa fixa do Graesp, falou sobre a ³⁰ cooperação com a Seap.

“Estamos em vigência com o termo de acordo operacional em que a Secretaria de Segurança Pública (Segup) disponibiliza os meios aéreos existentes através do Graesp, sejam helicóptero ou aviões. ³⁵ Diante das demandas da Seap, a gente faz essa cooperação no fornecimento de meios aéreos para execução e satisfação das demandas da Secretaria”, disse o tenente-coronel.

O Liberal, 17/11/2020 (com adaptações)

5. Caso o autor resolvesse reescrever o trecho “A partir de agora eles ficarão custodiados em regime disciplinar diferenciado, em cela individual, restritos a visitas e saídas” (l.6-8), poderia ser o seguinte:

- A) “A partir de agora, eles ficarão aprisionados em regime disciplinar diferenciado, em cela individual, restritos a visitas e saídas”.
- B) “A partir de agora eles, ficarão custodiados em regime disciplinar destoadado, em cela individual, restritos a visitas e saídas”.
- C) “A partir de agora, eles ficarão aprisionados em regime disciplinar diferenciado, em cela individual, restritos a visitas e a saídas”.
- D) “A partir de agora eles ficarão enclausurados em regime disciplinar diferenciado, em cela individual, restritos à visitas e à saídas”.

6. A respeito das relações sintáticas referentes ao período “Coordenador da DAP, João Barbosa afirmou que a Seap toma medidas para manter a disciplina e a segurança no sistema penal estadual” (l.18-20), é correto afirmar que

- A) o sujeito de “afirmou” é o termo “Coordenador da DAP”.
- B) o sujeito de “toma” é indeterminado.
- C) o sujeito de “afirmou” está explícito, e o aposto subordinado a ele está antecipado.
- D) o termo “Coordenador da DAP” tem valor de vocativo.

7. Assinale a opção cuja expressão está correta e reproduz a relação de sentido estabelecida pelo vocábulo sublinhado no período “O tenente-coronel da PM Armando Bittencourt, gerente de asa fixa do Graesp, falou sobre a cooperação com a Seap” (l.29-31):

- A) O tenente-coronel da PM Armando Bittencourt, gerente de asa fixa do Graesp, falou há cerca da cooperação com a Seap.
- B) O tenente-coronel da PM Armando Bittencourt, gerente de asa fixa do Graesp, falou a despeito da cooperação com a Seap.
- C) O tenente-coronel da PM Armando Bittencourt, gerente de asa fixa do Graesp, falou à respeito da cooperação com a Seap.
- D) O tenente-coronel da PM Armando Bittencourt, gerente de asa fixa do Graesp, falou acerca da cooperação com a Seap.

8. Considerando as questões gramaticais que envolvem o período “As transferências para presídios federais são realizados de forma rigorosa, para manutenção da ordem e garantia da segurança pública intra e extramuros” (l.26-29), assinale a opção correta.

- A) A estrutura “são realizados” não fere o padrão culto da língua.
- B) A estrutura “de forma rigorosa” não admite a substituição por “rigorosamente”.
- C) A estrutura “são realizados” admite a substituição por “se realiza”.
- D) Os termos “da ordem” e “da segurança pública” desempenham igual função sintática.

Texto III

Leia o texto a seguir para responder às questões de 9 e 10.

¹ O direito à cidade implica o reconhecimento da segurança como um direito em si, cujos impactos são muito maiores do que apenas os da esfera penal ou da atividade policial. Se é nas cidades que os cidadãos vivem a violência e a exclusão territorial, também é na cidade que os cidadãos exercem seus direitos e reivindicam mais qualidade de vida e serviços públicos mais eficientes. Por essa razão, falar de cidade é também falar do locus de inovação para quaisquer narrativas que se pretendam transformadoras da realidade.

⁵ Cidades mais seguras dependem de garantia de direitos e mediação de conflitos. E, nesse processo, a segurança pública não é responsabilidade apenas dos sistemas de polícia e justiça, mas envolve uma série de outros atores – com destaque para os municípios. A intersecção entre desenvolvimento urbano e redução da violência deve enfatizar, portanto, o papel fundamental das cidades na prevenção por intermédio: da promoção da convivência, da interação e da inclusão social, da utilização e ocupação dos espaços públicos e do pleno exercício da cidadania.

¹⁰ O Estatuto da Cidade (Lei 10.257, de 2001) também enfatiza o planejamento participativo como um dos pilares das boas práticas de governança territorial e de prevenção. Uma narrativa alternativa ao modelo de segurança pública hoje vigente requer monitoramento e avaliação das políticas públicas implementadas. Só assim haverá um real envolvimento dos cidadãos em seu planejamento e a construção de uma agenda propositiva que se concretize em respostas democráticas e eficientes por parte do Estado para enfrentar a violência.

Fonte: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/05/Projeto-Instituto-Arapyau-v05-10jun>

9. Em relação às ideias do texto, é correto afirmar que
- A) o direito à cidade transcende a esfera penal ou a atividade policial.
 - B) os cidadãos têm o direito de exigir segurança para não dependerem dos serviços públicos.
 - C) os sistemas de polícia e justiça são os maiores responsáveis pela segurança pública nas cidades.
 - D) o planejamento participativo permite as principais ações contra a violência e a exclusão territorial nos centros urbanos.

10. Quanto à tipologia, o texto classifica-se como

- A) narrativo.
- B) injuntivo.
- C) instrucional.
- D) dissertativo.

NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO SOCIAL Luciano Favaro

11. Nos termos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, todo ser humano, vítima de perseguição:

- A) Pode invocar o direito de procurar e gozar asilo em outros países, ainda que a perseguição seja legitimamente motivada por crimes de direito comum.
- B) Tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países.
- C) Pode invocar o direito de procurar e gozar asilo em outros países, ainda que a perseguição seja legitimamente motivada por atos contrários aos objetivos e princípios das Nações Unidas.
- D) Tem o dever de procurar e de gozar asilo em outros países.

12. Ainda no tocante à Declaração Universal dos Direitos Humanos, está correta a assertiva:

- A) Todo ser humano tem direito a uma nacionalidade, podendo ser privado arbitrariamente desta caso venha a praticar ato que viole a soberania do país.
- B) Todo ser humano tem direito à propriedade, sendo vedada a aquisição de propriedade em sociedade com outros.
- C) Todo ser humano tem direito à liberdade de reunião e associação pacífica, não sendo obrigatório que o ser humano faça parte de uma associação.
- D) Todo ser humano tem direito a uma ordem social e nacional em que os direitos e liberdades estabelecidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos possam ser plenamente realizados.

13. Concernente ao direito de instrução previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos, assinale a assertiva correta de acordo com os exatos termos da Declaração:

- A) A instrução no grau elementar será gratuita e obrigatória.
- B) A instrução técnico-profissional está baseada no mérito.
- C) A instrução fundamental é obrigatória.
- D) A instrução superior será acessível a todos.

14. Ao Conselho Penitenciário, consoante disposto na Lei de Execução Penal, incumbe:

- A) visitar, pelo menos mensalmente, os estabelecimentos penais existentes na comarca.
- B) propor diretrizes da política criminal quanto à prevenção do delito, administração da Justiça Criminal e execução das penas e das medidas de segurança.
- C) diligenciar a obtenção de recursos materiais e humanos para melhor assistência ao preso ou internado, em harmonia com a direção do estabelecimento.
- D) inspecionar os estabelecimentos e serviços penais.

15. Conforme previsto na Lei n. 7.210/1984 (Lei de Execução Penal – LEP), o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária:

- A) É integrado por 13 membros designados dentre professores e profissionais da área do Direito Penal, Processual Penal, Penitenciário e ciências correlatas, sendo defeso que seja integrado por representantes da comunidade e dos Ministérios da área social.
- B) O mandato dos membros do Conselho terá duração de dois anos, renovado um terço em cada ano.
- C) É subordinado ao Ministério Público do Estado da federação no qual está instalado.
- D) É integrado por membros nomeados pelo Governador do Estado, do Distrito Federal e dos Territórios, dentre professores e profissionais da área do Direito Penal, Processual Penal, Penitenciário e ciências correlatas, bem como por representantes da comunidade.

16. O Conselho da Comunidade, tal qual disposto na Lei de Execução Penal:

- A) é composto, no mínimo, por um representante de associação comercial ou industrial, um advogado indicado pela Seção da Ordem dos Advogados do Brasil, um Defensor Público indicado pelo Defensor Público Geral e um assistente social escolhido pela Delegacia Seccional do Conselho Nacional de Assistentes Sociais.
- B) é órgão consultivo e fiscalizador da execução da pena.
- C) prima por fiscalizar o cumprimento das penas de prestação de serviço à comunidade e de limitação de fim de semana.
- D) tem sede no Distrito Federal.

17. Constitui diretriz integrante do eixo que trata da Segurança Pública, Acesso à Justiça e Combate à Violência do Programa Nacional de Direitos Humanos-3:

- A) Valorização da pessoa humana como sujeito central do processo de desenvolvimento.
- B) Combate à violência institucional com ênfase na erradicação da tortura.
- C) Fortalecimento dos Direitos Humanos como instrumento transversal das políticas públicas e de interação democrática.
- D) Garantia dos Direitos Humanos de forma universal, indivisível e interdependente, assegurando a cidadania plena.

18. De acordo com o disposto no Decreto n. 7.037, de 2009, e suas posteriores alterações, por meio do qual se aprovou o Programa Nacional de Direitos Humanos-3 (PNDH-3), assinale a assertiva correta:

- A) Os estados, o Distrito Federal, os municípios e os órgãos do Poder Legislativo, do Poder Judiciário e do Ministério Público serão convocados a aderir ao PNDH-3.
- B) Há um Comitê de Acompanhamento e Monitoramento do PNDH-3 com a finalidade, entre outras, de elaborar os Planos de Ação dos Direitos Humanos.
- C) As metas, prazos e recursos necessários para a implementação do PNDH-3 são definidos e aprovados em Planos de Ação de Direitos Humanos bianuais.
- D) É implementado por cinco eixos orientadores e suas respectivas diretrizes.

19. Conforme estabelecido nas Regras Mínimas da ONU para o Tratamento de Pessoas Presas (denominadas Regras de Mandela), as diferentes categorias de reclusos devem ser mantidas em estabelecimentos prisionais separados ou em diferentes zonas de um mesmo estabelecimento prisional, tendo em consideração o respetivo sexo e idade, antecedentes criminais, razões da detenção e medidas necessárias a aplicar. Assim:

- A) Homens e mulheres, sempre que possível, devem ficar detidos em estabelecimentos separados.
- B) Presos preventivos podem ser mantidos junto com os condenados, caso não haja ala separada para a sua manutenção durante o período da prisão.
- C) Pessoas detidas por dívidas podem ser mantidas com os presos por infrações criminais.
- D) Jovens presos podem ser mantidos em conjunto com os adultos, desde que no melhor interesse do jovem.

20. Ainda de acordo com as Regras de Mandela, as seguintes informações serão adicionadas ao sistema de registro do preso durante seu encarceramento, quando aplicáveis:

- A) Informação relativa ao processo judicial, excluindo as datas de audiências e a indicação do representante legal.
- B) Informação acerca do recebimento de sanções disciplinares, exceto as sanções disciplinares de advertência.
- C) Informação das circunstâncias e causas de quaisquer ferimentos ou morte prescindido, no caso de falecimento, a informação acerca da destinação do corpo.
- D) Informação relativa ao comportamento e à disciplina.

INFORMÁTICA BÁSICA Maurício Franceschini

21. Assinale abaixo o aplicativo que não permite a realização de videoconferências:

- A) MS Teams.
- B) Zoom.
- C) OneDrive.
- D) Google Meet.

22. Com relação aos recursos de correio eletrônico, assinale a alternativa correta:

- A) O envio de e-mail consiste em uma ação de download.
- B) O serviço de e-mail pode ser acessado por meio de páginas web ou por meio de aplicativos instalados e configurados no computador local.
- C) MS Outlook, Mozilla Firefox e Gmail são exemplos de aplicativos de e-mail.
- D) O recurso Responder a Todos envia a mensagem recebida apenas para o seu remetente.

23. Assinale abaixo a tecla de atalho que permite alternar entre as guias no navegador Google Chrome:

- A) CTRL+T.
- B) CTRL+N.
- C) CTRL+TAB.
- D) SHIFT+N.

24. Em relação às características e funcionalidades do sistema operacional Windows, assinale a alternativa correta:

- A) O Gerenciador de Tarefas é o utilitário responsável por exibir os processos e aplicativos em execução, bem como ao desempenho do computador quanto ao uso de CPU e memória RAM.
- B) As teclas ALT+TAB permitem acionar o Menu Iniciar.
- C) Não é possível instalar duas versões diferentes do sistema operacional Windows em um mesmo computador.
- D) No Windows, todo link para uma página web é aberto pelo navegador MS Edge, visto que ele é o navegador padrão do sistema.

25. Em relação ao aplicativo de planilhas MS Excel, a função =CONT.NÚM(A1:B5; ">5"):

- A) Calcula a soma dos valores maiores que 5 do intervalo de células de A1 até B5.
- B) Conta a quantidade de células numéricas do intervalo de células de A1 até B5.
- C) Conta a quantidade de células numéricas do intervalo de células de A1 até B5 maiores que 5.
- D) Não realizará nenhum cálculo, pois a função CONT.NÚM não permite critério como argumento, apenas o intervalo de células.

RACIOCÍNIO LÓGICO Diego Ribeiro

26. Considere a seguinte proposição:

"Se sou Policial Penal de Minas Gerais, então sou mineiro."

Pode-se concluir que:

- A) Se não sou Policial Penal de Minas Gerais, então não sou mineiro.
- B) Se sou Policial Penal de Minas Gerais, então não sou mineiro.
- C) Se não sou mineiro, então sou Policial Penal de Minas Gerais.
- D) Se não sou mineiro, então não sou Policial Penal de Minas Gerais.

27. Em um grupo de 100 Policiais, 36 são casados, 70 são mineiros e 24 não são casados nem mineiros. O número de Policiais mineiros e casados é:

- A) 15
- B) 30
- C) 20
- D) 14

28. A negação de "Daniel é Policial Penal, e Ana não é professora" está corretamente indicada na seguinte opção:

- A) Daniel não é Policial Penal, e Ana é professora.
- B) Daniel não é Policial Penal ou Ana não é professora.
- C) Se Daniel é Policial Penal, então Ana é professora.
- D) Daniel é Policial Penal ou Ana é professora.

29. Um Policial escreveu, em seu caderno, seguidamente, da esquerda para a direita, a frase EUAMOMINASGERAIS.

EUAMOMINASGERAISEUAMOMINASGERAISEUAMOMINASGERAISEUAM....

A ducentésima quadragésima nona letra escrita pelo Policial corresponde a:

- A) A
- B) M
- C) G
- D) I

30. Considere os argumentos a seguir.

- I** – Todos os Policiais Penais são profissionais responsáveis. Como João é um profissional responsável, então João é Policial Penal.
- II** – Policiais Penais estudaram na UFMG ou na UEMG. Pedro é Policial Penal e não estudou na UFMG. Logo, Pedro estudou na UEMG.
- III** – Alguns Policiais Penais são psicólogos. Alguns psicólogos estudaram na UFMG. Logo, alguns Policiais Penais estudaram na UFMG.

Após a análise das argumentações, pode-se concluir que

- A) apenas o argumento III é válido.
- B) apenas o argumento II é válido.
- C) os argumentos I e II não são válidos.
- D) os argumentos II e III são válidos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

Ricardo Blanco

31. Assinale a opção incorreta em relação aos direitos individuais.

- A) É assegurado a todos o acesso à informação, resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.
- B) É livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens.
- C) Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.
- D) A criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas dependem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.

32. São privativos de brasileiro nato os cargos, exceto:

- A) de Presidente e Vice-Presidente da República.
- B) de Presidente da Câmara dos Deputados.
- C) de Presidente do Senado Federal.
- D) de Ministro do TST.

33. São direitos sociais, exceto:

- A) a educação.
- B) a saúde.
- C) a alimentação.
- D) a proteção à maternidade e ao idoso.

34. Assinale a opção incorreta em relação aos direitos políticos.

- A) A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante plebiscito; referendo e a iniciativa popular.
- B) O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os maiores de 18 anos; facultativos para: os analfabetos; os maiores de 70 anos; os maiores de 16 e menores de 18 anos.
- C) Podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.
- D) São condições de elegibilidade, na forma da lei, a nacionalidade brasileira.

35. Assinale a opção incorreta em relação à segurança pública.

- A) A Polícia Federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais.
- B) A Polícia Ferroviária Federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das ferrovias federais.
- C) Às Polícias Civis, dirigidas por Delegados de Polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.
- D) Às Polícias Militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos Corpos de Bombeiros Militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.

NOÇÕES DE DIREITO PENAL

Ismael Souto

36. O Código Penal Brasileiro prevê, em certas situações, que, mesmo quando o crime é cometido no exterior, a lei aplicada será a brasileira, em determinadas situações. Tal fenômeno jurídico é chamado de extraterritorialidade. É caso de extraterritorialidade incondicionada, exceto:

- A) crime praticado contra a vida do Presidente da República.
- B) crime praticado contra a liberdade do Presidente da República.
- C) crimes praticados em embarcações privadas brasileiras.
- D) de genocídio, quando o agente for brasileiro ou domiciliado no Brasil.

37. Tício é servidor público e ocupa cargo em comissão do órgão Y da Administração Direta. Solicitou vantagem indevida a Mévio – particular – para que fosse agilizado o serviço requerido pelo administrado. Mévio não aceita a proposta de Tício. O caso apresentado configura:

- A) Corrupção passiva com causa de aumento de pena.
- B) Corrupção passiva tentada.
- C) Um fato atípico.
- D) Corrupção passiva simples.

38. Valdir inicia os atos executórios do crime de homicídio, todavia, após pedido de sua namorada, deixa de prosseguir no intento criminoso. Aconteceu, no caso narrado:

- A) homicídio tentado.
- B) desistência voluntária.
- C) não ocorre desistência voluntária, pois, para sua caracterização, tem de haver espontaneidade do agente.
- D) crime impossível.

39. Não há crime sem lesão efetiva ou ameaça concreta ao bem jurídico tutelado. Tal enunciado refere-se ao princípio da:

- A) proporcionalidade.
- B) ofensividade.
- C) intervenção mínima.
- D) bagatela imprópria.

40. Rita é ré primária e possui bons antecedentes. Ao verificar a facilidade de acesso a determinados bens de uma loja de doces, subtrai duas unidades da bala Fini, totalizando o valor do prejuízo em R\$ 10,00. Após ser presa em flagrante, é denunciada pela prática do crime de furto simples, sendo, no entanto, absolvida sumariamente em razão do princípio da insignificância.

De acordo com a situação narrada, o Magistrado, ao reconhecer o princípio da insignificância, optou por absolver Rita em razão da:

- A) causa de exclusão da culpabilidade.
- B) atipicidade da conduta.
- C) causa legal de exclusão da ilicitude.
- D) extinção da punibilidade.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL

**Diego Fontes/Douglas Vargas/Wallace França/
Gustavo Brígido/Marcos Fagner/Rodrigo Cardoso/
Deusdedy Solano**

41. Acerca da Lei de Execução Penal, assinale a alternativa correta:

- A) A execução penal no ordenamento jurídico brasileiro é procedimento de natureza administrativa, conduzida por diretores de estabelecimentos penais.
- B) A Comissão Técnica de Classificação, existente em cada estabelecimento, será presidida pelo diretor e composta, no máximo, por 2 (dois) chefes de serviço, 1 (um) psiquiatra, 1 (um) psicólogo e 1 (um) assistente social, quando se tratar de condenado à pena privativa de liberdade.
- C) Tratando-se de progressão de regime, não se pode mais exigir a elaboração de exame criminológico.
- D) Constitui falta grave a recusa do condenado em submeter-se ao procedimento de identificação do perfil genético.

42. Julgue os itens a seguir de acordo com a Lei de Execução Penal:

- I – No âmbito da assistência educacional, atividades educacionais nos estabelecimentos penais podem ser objeto de convênio com entidades públicas ou particulares, que instalem escolas ou ofereçam cursos especializados.
- II – A assistência ao egresso consiste na orientação e apoio para reintegrá-lo à vida em liberdade, além da concessão, se necessário, de alojamento e alimentação, em estabelecimento adequado, pelo prazo improrrogável de 2 (dois) meses.
- III – O trabalho do preso definitivo ou provisório não está sujeito ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).
- IV – O trabalho do preso será remunerado, mediante prévia tabela, podendo ser inferior a um salário mínimo.

Está(ão) certo(s):

- A) todos os itens.
- B) apenas os itens I e II.
- C) apenas o item I.
- D) apenas os itens I, III e IV.

43. À luz da Lei de Execução Penal, assinale a alternativa correta:

- A) Deverá ser limitado, tanto quanto possível, o artesanato sem expressão econômica, inclusive nas regiões de turismo.
- B) Nos termos da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), o fato de o estabelecimento penal assegurar acesso a atividades laborais e a educação formal não impede a remição por leitura e resenha de livros.
- C) O direito de chamamento nominal do preso pode ser restringido por ato motivado do diretor do estabelecimento prisional.
- D) Não configura falta grave no âmbito da execução penal a posse de chip ou bateria de aparelho celular por parte de preso.

44. Julgue os itens a seguir à luz da Lei n. 7.210/1984 (Lei de Execução Penal) e da jurisprudência:

- I – Constitui falta grave a recusa do condenado em submeter-se ao procedimento de identificação do perfil genético.
- II – A assistência ao egresso consiste na orientação e apoio para reintegrá-lo à vida em liberdade, além da concessão, se necessário, de alojamento e alimentação, em estabelecimento adequado, pelo prazo improrrogável de 3 (três) meses.
- III – O Superior Tribunal de Justiça (STJ) reconhece a remição por leitura e resenha de livros.

Está(ão) certo(s):

- A) os itens I e III.
- B) apenas o item II
- C) os itens II e III.
- D) apenas o item I.

45. Julgue os itens a seguir à luz da Lei n. 7.210/1984 (Lei de Execução Penal) e da jurisprudência:

- I – No âmbito da assistência educacional, atividades educacionais nos estabelecimentos penais podem ser objeto de convênio com entidades públicas ou particulares, que instalem escolas ou ofereçam cursos especializados.
- II – No processo administrativo disciplinar para apuração de falta grave, é imprescindível o acompanhamento do preso por advogado ou defensor público.
- III – De acordo com a Lei de Execução Penal, a decisão judicial sobre inclusão de preso em regime disciplinar será precedida de manifestação do Ministério Público e da defesa e prolatada no prazo máximo de 10 dias.

Está(ão) certo(s):

- A) apenas o item III.
- B) apenas o item I.
- C) os itens I e II.
- D) os itens I e III.

46. À luz da Lei de Execução Penal, assinale atribuição do Conselho da Comunidade:

- A) Propor diretrizes da política criminal quanto à prevenção do delito, administração da Justiça Criminal e execução das penas e das medidas de segurança.
- B) Diligenciar a obtenção de recursos materiais e humanos para melhor assistência ao preso ou internado, em harmonia com a direção do estabelecimento.
- C) Emitir parecer sobre indulto e comutação de pena, excetuada a hipótese de pedido de indulto com base no estado de saúde do preso.
- D) Fiscalizar a regularidade formal das guias de recolhimento e de internamento.

47. Assinale a alternativa correta à luz da Lei de Execução Penal:

- A) Entre outros requisitos, o apenado só terá direito à progressão de regime se ostentar boa conduta carcerária, comprovada pelo juiz da execução, respeitadas as normas que vedam a progressão.
- B) A execução da pena privativa de liberdade ficará sujeita à forma regressiva, com a transferência para qualquer dos regimes mais rigorosos, quando o condenado praticar fato definido como crime culposos ou falta grave.
- C) O cometimento de falta grave durante a execução da pena privativa de liberdade interrompe o prazo para a obtenção da progressão no regime de cumprimento da pena, caso em que o reinício da contagem do requisito objetivo terá como base a pena remanescente.
- D) O ingresso do condenado em regime aberto supõe a aceitação de seu programa e das condições impostas pelo Diretor do Estabelecimento.

48. Acerca do instituto da saída temporária, previsto na Lei de Execução Penal, assinale a alternativa incorreta:

- A) A ausência de vigilância direta não impede a utilização de equipamento de monitoração eletrônica pelo condenado, quando assim determinar o Juiz da execução.
- B) Não terá direito à saída temporária o condenado que cumpre pena por praticar crime hediondo com resultado morte.
- C) A autorização será concedida por prazo não superior a 7 (sete) dias, podendo ser renovada por mais 4 (quatro) vezes durante o ano.
- D) A saída temporária será concedida pelo diretor do estabelecimento onde se encontra o preso.

49. Aumenta-se a pena do crime de tortura:

- A) Caso o delito seja praticado por agente público.
- B) Se o crime é praticado contra pessoa maior de 50 anos.
- C) Se o crime é praticado em razão de discriminação racial.
- D) Se o crime é praticado para provocar ação ou omissão de natureza criminosa.

50. Ainda sobre o crime de tortura, é incorreto afirmar que:

- A) A condenação acarretará a perda do cargo, função ou emprego público e a interdição para seu exercício pelo triplo do prazo da pena aplicada.
- B) O crime de tortura é inafiançável e insuscetível de graça ou anistia.
- C) A lei de tortura aplica-se ainda quando o crime não tenha sido cometido em território nacional, sendo a vítima brasileira ou encontrando-se o agente em local sob jurisdição brasileira.
- D) Aumenta-se a pena do delito caso este seja cometido mediante sequestro.

51. A Lei Anticorrupção (Lei n. 12.846/2013) tem capítulo próprio para tratar da responsabilização judicial de empresas que cometem os atos tidos como ilícitos nesse diploma legal. Dentre as sanções que podem resultar do processo judicial, não consta:

- A) Perdimento dos bens, direitos ou valores que representam vantagem ou proveito direta ou indiretamente obtidos da infração.
- B) Suspensão ou interdição parcial de suas atividades.
- C) Dissolução compulsória da pessoa jurídica.
- D) Proibição de receber incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos de órgãos ou entidades públicas e de instituições financeiras públicas ou controladas pelo poder público, pelo prazo mínimo de 1 (um) e máximo de 10 (dez) anos.

52. Sobre a Lei n. 13.869/2019, a qual trata dos crimes de abuso de autoridade, assinale a alternativa correta.

- A) Pune-se o crime de hermenêutica.
- B) As penas privativas de liberdade se subdividem em detenção e reclusão.
- C) Tornar certa a obrigação de indenizar os danos causados pelo crime é efeito automático da sentença.
- D) As penas restritivas de direitos não poderão ser aplicadas cumulativamente.

53. José, servidor público ocupante do cargo efetivo de Policial Penal do Estado de Minas Gerais, no exercício da função pública, revelou fato de que tinha ciência em razão de suas atribuições e que devia permanecer em segredo, em razão de sigilo legal que incidia no caso. Diante dos fatos narrados, observada a Lei n. 8.429/1992, José:

- A) não está sujeito à responsabilização por ato de improbidade administrativa, pois não ocupa cargo de agente político, mas responde civil e administrativamente, observado o devido processo legal.
- B) não está sujeito à responsabilização por ato de improbidade administrativa, pois não exerce mandato eletivo, mas responde penal, civil e administrativamente, observados o contraditório e a ampla defesa.
- C) está sujeito à responsabilização por ato de improbidade administrativa, podendo receber sanções como perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de três a cinco anos e pagamento de multa civil de até cem vezes o valor de sua remuneração.
- D) está sujeito à responsabilização por ato de improbidade administrativa, podendo receber sanções como ressarcimento integral dos danos ao erário, cassação dos direitos políticos e proibição de contratar com o poder público ou receber benefícios ou incentivos fiscais por até cinco anos.

54. Carlos, maior e capaz, detém arma de fogo de uso permitido em desacordo com as determinações legais. Levando-se em consideração as disposições contidas na Lei n. 10.826/2003 e a jurisprudência do STF, assinale a alternativa correta.

- A) Carlos cometeu o crime de porte ilegal de arma de fogo de uso permitido, o qual é inafiançável.
- B) Carlos cometeu o crime de porte ilegal de arma de fogo de uso permitido, o qual é afiançável.
- C) Carlos cometeu o crime de porte ilegal de arma de fogo de uso permitido, o qual é insuscetível de liberdade provisória.
- D) Carlos cometeu o crime de porte ilegal de arma de fogo de uso permitido, o qual é considerado hediondo.

55. Sobre a Lei de Tóxicos (Lei n. 11.343/2006), é correto afirmar que:

- A) Todos os delitos nela previstos são considerados hediondos.
- B) Todos os delitos nela previstos são considerados equiparados a hediondos.
- C) Caso determinado indivíduo seja flagrado portando drogas para consumo pessoal, poderá ser submetido a medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo, por prazo máximo de 12 (doze) meses no caso de reincidência.
- D) Para garantia do cumprimento das medidas educativas relacionadas ao porte de drogas para uso pessoal, o Magistrado pode submeter o agente a admoestação verbal.

56. Assinale a alternativa que contém o órgão responsável pela gestão, pela coordenação e pelo acompanhamento do Sistema Único de Segurança Pública (Susp), orientando e acompanhando as atividades dos órgãos integrados do Sistema, além de outras ações.

- A) Ministério da Justiça e Segurança Pública
- B) Departamento Penitenciário Nacional
- C) Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República
- D) Agência Brasileira de Inteligência

57. A Lei Estadual n. 50/1952 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado de Minas Gerais) prevê as sanções que poderão ser aplicadas ao servidor que praticar ilegalidade funcional. Dentre elas, pode-se destacar:

- A) A pena de repreensão, que será aplicada oralmente em caso de desobediência ou falta de cumprimento de deveres.
- B) A pena de suspensão, que é aplicada em casos de reincidência em falta já punida com repreensão.
- C) A pena de suspensão, que será aplicada ao servidor que acumular, ilegalmente, cargos ou funções públicas.
- D) A pena de suspensão, que prescreve no prazo de quatro anos.

58. Conforme o disposto na Lei Estadual de Minas Gerais n. 11.404/1994 (Execução Penal), analise os itens a seguir indicando a assertiva correta.

- A) Se um preso não tiver concluído o Ensino Fundamental, poderá concluí-lo facultativamente durante a execução da pena.
- B) A correspondência do sentenciado analfabeto pode, independentemente de seu pedido, ser lida e escrita por funcionário ou visitador indicado.
- C) Mesmo em caso de perigo para a ordem ou para a segurança do estabelecimento, o Diretor do estabelecimento penal não poderá censurar a correspondência de preso, pois esse direito fundamental é absoluto.
- D) O isolamento em cela disciplinar somente se aplicará em caso de manifesta agressividade ou violência do sentenciado ou quando este, reiteradamente, alterar a ordem normal do estabelecimento.

59. Acerca da carreira de Agente de Segurança Penitenciário, assinale a alternativa incorreta:

- A) O Agente de Segurança Penitenciário fica autorizado a portar arma de fogo fornecida pela Administração Pública, quando em serviço, inclusive nas dependências internas do estabelecimento penal.
- B) O Agente de Segurança Penitenciário lotado em estabelecimento penal será hierarquicamente subordinado ao Diretor do respectivo estabelecimento.
- C) O cargo de Agente de Segurança Penitenciário será exercido em regime de dedicação exclusiva, podendo seu ocupante ser convocado a qualquer momento, por necessidade do serviço.
- D) Desenvolve atividade exclusiva de Estado o servidor integrante da carreira de Agente de Segurança Penitenciário.

60. Considerando os Regulamentos e Normas de Procedimentos do Sistema Prisional de Minas Gerais (ReNP), assinale a alternativa correta.

- A) Entende-se por revista invertida aquela realizada no visitante.
- B) A escolta em ambulância contará com um Agente de Segurança Penitenciário, desarmado, presente junto à equipe de socorristas no compartimento de pacientes durante todo o trajeto, sendo que, na cabine do motorista, haverá outro Agente de Segurança Penitenciário devidamente armado.
- C) O preso terá direito à visita íntima de pessoa com vínculo de namoro, ainda que não reconhecido em união estável.
- D) Não será permitida a visita íntima homoafetiva, ainda que reconhecida a união estável entre os envolvidos.

DISCURSIVA
Fernando Moura

INSTRUÇÕES PARA REALIZAÇÃO DA PROVA DE REDAÇÃO

1. Leia o texto seguinte.

Um dos principais problemas do sistema penitenciário brasileiro é a superlotação. Com a quarta maior população carcerária do mundo, o Brasil possui, segundo o Ministério da Justiça, mais de 620 mil detentos, mas apenas 371 mil vagas.

A cada mês, penitenciárias de todo o País recebem 3 mil novos presos.

Especialistas ouvidos pela BBC Brasil acreditam que a solução desse problema estaria na combinação de penas alternativas — e mais curtas, dependendo do crime cometido — e julgamentos mais rápidos.

“Para melhorar a situação atual, o Brasil deve, em primeiro lugar, reduzir o número de prisioneiros, começando pelos que estão presos aguardando julgamento. Se a prisão é um lugar para a reabilitação, elas não podem estar repletas de pessoas que ainda não foram consideradas culpadas”, diz à BBC Brasil Alessio Scandurra, coordenador do Observatório Europeu das Prisões, sediado em Roma.

“Inevitavelmente, as penitenciárias acabam se tornando lugares para estocar gente, verdadeiros armazéns humanos, e não promovem a reinserção social”, acrescenta.

Fonte: BBC News, 9 de janeiro de 2020.

2. Tendo em vista a leitura do texto acima, redija um texto dissertativo-argumentativo sobre o tema: **“A superlotação carcerária e os consequentes problemas de saúde nos presídios brasileiros”**.

3. Ao elaborar seu texto, trate, necessariamente, dos seguintes aspectos: principais características do sistema prisional brasileiro e fatores de crise; dupla apenação do condenado: pena de prisão sem ressocialização e problemas de saúde pre-existent e adquiridos; medidas e ações efetivas das forças públicas para amenizar a crise do sistema prisional brasileiro.

4. Em sua dissertação procure ter claro, antes de começar a escrever, o que você pensa sobre o assunto.

5. Escreva seu texto numa linguagem impessoal, defendendo sua ideia por meio de uma análise com argumentos sólidos e consistentes, não apenas “achando” alguma coisa sobre o assunto.

6. Um bom texto é aquele que requer leitura sem esforço, e não aquele de difícil compreensão — embora, com frequência, seja necessário um grande esforço da parte de quem escreve para conseguir tal efeito.

7. Respeite as regras gramaticais e ordene os pensamentos em uma sequência metódica e lógica, transformando-os em palavras claras e expressivas, evitando que o leitor tenha que se esforçar para decifrá-las.

8. DÊ UM TÍTULO À SUA DISSERTAÇÃO, escrevendo-o no local apropriado do impresso para a produção da redação.

9. Desenvolva a sua dissertação no máximo em 30 (trinta) linhas e no mínimo em 120 (cento e vinte) palavras.

10. O valor da redação é de 100 (cem) pontos.

11. Use caneta esferográfica com tinta azul ou preta.

12. Você pode escrever com letra cursiva ou de fôrma. Qualquer que seja sua opção, diferencie as letras maiúsculas das minúsculas.

13. Não copie parte alguma do trecho ilustrativo. Lembre-se de que a redação cujo texto seja, no todo ou em parte, cópia, transcrição ou plágio de outro autor, terá atribuída nota ZERO.

14. A folha de texto para a prova de redação não permitirá identificação do (a) candidato (a) pela comissão de correção na parte destinada à dissertação do tema proposto, garantindo, assim, o sigilo do (a) autor (a) da redação.

15. Lembre-se de preencher e assinar a folha de redação nos locais indicados.

16. TRANSCREVA o tema da redação, transpondo-o para o local apropriado do impresso para a produção da redação, exatamente como está escrito, sem abreviações. Esteja atento às regras gramaticais.

17. A folha de redação não poderá ser assinada, rubricada ou conter qualquer palavra, marca ou código que possa identificá-la, sob pena de anulação e consequente eliminação do concurso.

18. Utilize a última folha deste caderno de prova para rascunho de sua redação.

19. Evite rasurar a folha de redação, pois ela não será substituída.

20. O (a) candidato (a) somente poderá apor sua assinatura em local especificamente indicado para tal finalidade, sob pena de anulação da sua prova de redação e consequente eliminação do concurso.

SIMULADO PREPARATÓRIO PARA CONCURSO PÚBLICO
SEJUSP – 1º SIMULADO
POLÍCIA PENAL – AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIO

FOLHA DE RESPOSTAS

1		11		21		31		41		51	
2		12		22		32		42		52	
3		13		23		33		43		53	
4		14		24		34		44		54	
5		15		25		35		45		55	
6		16		26		36		46		56	
7		17		27		37		47		57	
8		18		28		38		48		58	
9		19		29		39		49		59	
10		20		30		40		50		60	



MAIS DE 23 MIL CURSOS ONLINE PARA VOCÊ:

Estude quando quiser,
para o cargo que quiser,
na hora que quiser.

Seus estudos
do seu jeito.

 GRAN CURSOS
ONLINE

#VEM
SER
GRAN

Assinatura **ILIMITADA 6.0** para concursos e OAB

FACILITE SEUS ESTUDOS:

rotas de aprovação, mapas mentais, resumos e exercícios irão te guiar por um caminho mais simples e rápido.

TUDO NO SEU TEMPO E ESPAÇO:

faça o download de videoaulas e de PDFs e estude onde e quando você quiser e puder.

VOCÊ NÃO ESTÁ SOZINHO:

mentorias diárias, ao vivo, e fórum de dúvidas não te deixarão só nesta caminhada.

TUDO DE NOVO QUANTAS VEZES VOCÊ QUISER:

quantas vezes você quiser, quantas vezes você precisar, estude com o material mais atualizado e de melhor qualidade do mercado.

NÚMEROS GRANDES:

milhares de alunos aprovados, mais de 1 milhão de questões, mais de 23 mil cursos e centenas de professores para te ajudar a passar.

TUDO NA SUA MÃO:

só a Assinatura Ilimitada oferece, de forma livre e gratuita: Gran Questões, Gerenciador de Estudos, Audiobooks e muito mais!

Contato para vendas:

 (61) 99884-6348 | No horário de segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.



Quero passar em
concurso público